



AZ@BXL

Número: 234 Data: 2022.07.08

No título: [Reserva Natural das Caldeirinhas, Ilha do Faial](#)

Nota: Com 10 hectares, a Reserva Natural das Caldeirinhas é a única área marinha protegida nos Açores com classificação de reserva natural integral (categoria Ia da IUCN), cujo acesso é interdito. É formada por duas crateras vulcânicas geminadas inundadas pelo mar e pertencentes ao cone de tufos do Monte da Guia. Na sua zona central, a Caldeirinha de Fora apresenta uma profundidade aproximada de 23 metros e a Caldeirinha de Dentro uma profundidade de cerca de 4 a 6 metros, onde existem algumas pequenas grutas submersas e semissubmersas.

*Neste local, é possível encontrar espécies de plantas endémicas dos Açores, de elevado interesse biológico, como a urze (*Erica azorica*), ou a nativa faia-da-terra (*Morella faya*). As Caldeirinhas constituem ainda zonas de maternidade de espécies piscícolas onde se pode encontrar, por exemplo, salemas (*Sarpa salpa*) e bodiões-vermelhos (*Labrus bergylta*).*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Álvaro Amaro nomeado pelo Parlamento Europeu relator da Nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas](#)

[Apresentado novo Programa Europeu de Inovação](#)

[Parlamento Europeu aprova compensações para a pesca e aquicultura da UE](#)

[Taxonomia: Parlamento não veta a inclusão das atividades de gás e nucleares](#)

[Novo relatório sobre o desempenho da UE no domínio da investigação e inovação](#)

[LEADER - Tribunal de Contas Europeu põe em causa resultados do desenvolvimento local de base comunitária](#)

[Convite de 9 milhões de euros para conteúdos dos meios de comunicação em linha para jovens europeus](#)

[Ações Marie Skłodowska-Curie: anunciados os premiados](#)

[Proteger a saúde mental no espaço de trabalho digital](#)

[Adotada Declaração de Lisboa "O nosso oceano, o nosso futuro, a nossa responsabilidade"](#)



6 a 20 de julho



Aprende a programar! Escola de verão - julho 2022

Estão de volta os seminários de formação em linguagens computacionais para jovens e menos jovens, mesmo sem conhecimentos prévios. A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu em Portugal, através da Casa Europa, [disponibilizam](#) gratuitamente mais uma edição de formação em programação online. Esta iniciativa contribui para o objetivo de levar a programação e a literacia digital a todos, constituindo uma oportunidade para melhorar as competências digitais, cada vez mais solicitadas em termos profissionais.

Os seminários decorrem durante o mês de julho, nos dias 6, 13 e 20, às 18h30, com a duração de 1h30min cada, e são ministrados por [formadores certificados](#). Os seminários serão totalmente transmitidos em *streaming* pelas redes sociais [Facebook](#) e [Twitter](#) da Representação da Comissão Europeia, mas também, visto ser uma iniciativa conjunta, no [Facebook](#) e no [Twitter](#) do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal. Posteriormente, as sessões ficarão disponíveis nestas redes sociais para consulta.

11 de julho



Reunião do Eurogrupo

O [Eurogrupo](#) é um órgão informal em que os ministros dos Estados-Membros pertencentes à área do euro debatem assuntos relacionados com as responsabilidades que partilham no que diz respeito ao euro. A sua principal função é assegurar uma coordenação estreita das políticas económicas entre os Estados-Membros da área do euro. Além disso, visa promover condições propícias a um crescimento económico mais forte. O Eurogrupo também é responsável por preparar as reuniões da Cimeira do Euro e por lhes dar seguimento.

Reúne-se habitualmente uma vez por mês, na véspera da reunião do Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros). O comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira e a presidente do Banco Central Europeu também participam nas reuniões do Eurogrupo.

12 de julho



Lançamento do Relatório "Science Research and Innovation Performance of the EU 2022"

A Comissão Europeia divulgará a edição de 2022 do Relatório "Science, Research and Innovation Performance (SRIP)". O relatório analisa a forma como a UE atua num contexto global. Fornece uma visão sobre como as políticas de investigação e inovação podem ajudar a construir uma Europa inclusiva, sustentável, competitiva e resiliente, potenciando o papel essencial da investigação e inovação como fonte de prosperidade e catalisador de mudança.

O [evento](#) apresentará as principais conclusões do relatório e acolherá uma discussão sobre as tendências atuais em I&D e políticas relacionadas. O evento poderá ser acompanhado [aqui](#).



Reunião do Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

O Conselho [deverá](#) adotar os três últimos atos jurídicos que permitirão à Croácia adotar o euro como moeda em 1 de janeiro de 2023. A Presidência checa apresentará as suas prioridades no domínio dos assuntos económicos e financeiros, bem como o seu

programa de trabalho para o período de julho a dezembro de 2022. Seguir-se-á uma troca de opiniões. A Comissão, por outro lado, fará o balanço da aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os ministros trocarão pontos de vista.

Os ministros procederão também a uma troca de pontos de vista sobre o impacto económico e financeiro da agressão russa contra a Ucrânia. No contexto do Semestre Europeu de 2022, o Conselho deverá aprovar conclusões sobre as apreciações aprofundadas de 2022 no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos. Por fim, o Conselho deverá adotar conclusões sobre o relatório de 2021 relativo à sustentabilidade orçamental, apresentado pela Comissão.

12 a 14 de julho



Fórum de Investigação sobre o Oceano Atlântico 2022

O [Fórum “All-Atlantic Ocean Research Alliance 2022”](#) será coorganizado pelos Estados Unidos e pelo Brasil, em colaboração com a Comissão Europeia, em Washington, D.C., nos dias 12 a 14 de julho de 2022. O evento reunirá ministros e a comunidade de Investigação do Oceano Atlântico, estimulando a colaboração entre as iniciativas existentes, enquanto programam o trabalho da Aliança para os próximos anos.

A Aliança é um esforço de diplomacia das ciências oceânicas, que se baseia nos êxitos das Declarações de Galway e Belém, oferecendo um novo quadro de cooperação para a investigação oceânica no Oceano Atlântico. O principal evento ministerial será acompanhado por eventos paralelos organizados em várias embaixadas. O evento será [transmitido em linha](#).



Reunião informal de ministros do ambiente da União Europeia

As reuniões oficiais do Conselho são organizadas pelo Conselho da UE e dirigidas pela Presidência do Conselho. No entanto, cada Presidência do Conselho organiza também reuniões informais de ministros para debater iniciativas relacionadas com um determinado tema ou formação do Conselho. Mais [informações](#) sobre a ordem do dia e os resultados desta reunião estão disponíveis no [sítio Web da Presidência](#).

Até 13 de julho



Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são amiúde um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantlar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 20 de julho



Espaços sem Fumo (proposta de recomendação): convite à apresentação de comentários

A recomendação do Conselho sobre espaços sem fumo, de 2009, tem por objetivo proteger as pessoas em toda a UE da exposição passiva ao fumo do tabaco. Como anunciado no Plano Europeu de Luta contra o Cancro, esta [iniciativa](#) visa alinhar a recomendação com a evolução do mercado e incluir no seu âmbito de aplicação o uso de tabaco e produtos afins em certos espaços exteriores. O seu objetivo é, nomeadamente, alargar a sua cobertura a produtos emergentes; o seu âmbito de aplicação a outros espaços exteriores (por exemplo, escolas e parques infantis).



Energia de fontes renováveis — método de cálculo da quota de energia de fontes renováveis em caso de cotransformação: apresentação de comentários

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis promove a utilização de biocombustíveis na UE, a fim de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor dos transportes. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para determinar a quota de biocombustíveis e biogás para os transportes resultante da transformação de biomassa com combustíveis fósseis num processo comum (cotransformação).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.



Orientações relativas à aviação (prorrogação dos auxílios ao funcionamento para aeroportos regionais [resposta à COVID-19]) – convite à apresentação de informações

As orientações em matéria de auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas de 2014 incluem um período de transição (que termina em abril de 2024), durante o qual pode ser autorizada a concessão de auxílios ao funcionamento para aeroportos com menos de 3 milhões de passageiros por ano, uma vez que estes auxílios podem ser declarados como compatíveis com o mercado único. Tendo em conta o tempo adicional necessário para começar a recuperar dos efeitos da crise da COVID-19, a Comissão [propõe](#) uma curta prorrogação deste período de transição, sem introduzir quaisquer outras alterações às regras.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgénese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».



Prémios de Inspiração Rural 2022: O Futuro é a Juventude

O tema dos Prémios de Inspiração Rural (RIA) 2022 deste ano é "O Futuro é Juventude" inspirado por 2022 ser o Ano Europeu da Juventude, por se estar a debater a visão a longo prazo para as zonas rurais, e o Pacto Rural, desenvolvido pela Comissão Europeia. O RIA 2022 [procura](#) promover a importância da juventude europeia para construir um futuro melhor - mais verde, resiliente, socialmente mais inclusivo, inovador e digital. Este ano, os Estados-Membros são encorajados a candidatarem-se às quatro categorias temáticas ligadas à visão a longo prazo para as zonas rurais: Futuros Verdes, Futuros Digitais, Futuros Resilientes, e Futuros Socialmente Inclusivos e Inovadores. A cerimónia de entrega do prémio terá lugar em Bruxelas, no início de outubro de 2022.

Até 25 de julho



Revisão do atual regulamento relativo aos auxílios de minimis - aberto período de submissão de comentários

Tendo em conta que as [atuais regras](#) expiram a 31 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia irá propor a revisão do atual regulamento, nomeadamente pretende rever estas regras para atualizar os montantes isentos, na perspetiva da inflação e da melhoria da transparência. O Regulamento relativo aos auxílios *de minimis* permite isenções ao controlo dos auxílios estatais para pequenos montantes que sejam considerados como não tendo efeitos na concorrência e no comércio no mercado único. Os Estados-Membros não têm de notificar estes montantes à Comissão para aprovação. Poderá apresentar os seus comentários [aqui](#).

26 a 29 de julho



Simpósio Mundial Sobre os Solos

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Parceria Global de Solos (GSP) e o Painel Técnico Intergovernamental sobre Solos (ITPS) irão organizar o [Simpósio Global sobre os Solos - "Solos: o início da produção alimentar"](#). Este simpósio científico, que reunirá mais de 3 mil peritos, irá rever o papel da perda de nutrientes e da fertilidade dos solos no contexto da segurança alimentar, saúde humana, alterações climáticas e restauração dos ecossistemas. Inscrições [aqui](#).

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prado ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 17 de agosto



Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas: período de apresentação de comentários

Esta iniciativa [alargará](#) o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, a fim de incluir dados sobre as práticas ambientais e sociais. Com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da política agrícola comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Até 22 de agosto



Proteção da biodiversidade: objetivos em matéria de restauração da natureza no âmbito da estratégia europeia em matéria de biodiversidade

Encontra-se aberto um [período de apresentação de comentários](#) relativo à proposta de regulamento dedicado à proteção da biodiversidade (restauração da natureza). Esta iniciativa, que é uma das principais medidas anunciadas na estratégia europeia em matéria de biodiversidade para 2030, visa propor objetivos juridicamente vinculativos no domínio da restauração da biodiversidade, sujeitos a uma avaliação de impacto, e contribuir para o principal objetivo da referida estratégia, que consiste em viabilizar a restauração da biodiversidade.

27 a 30 de agosto



Summer CEmp 2022

A [quinta edição da escola de verão da Comissão Europeia em Portugal](#) tem lugar de 27 a 30 de agosto de 2022 na Ribeira Grande, ilha de São Miguel, nos Açores, com o apoio do Governo dos Açores e da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Esta iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal nasceu da necessidade de envolver os atuais e os futuros líderes de opinião no debate sobre a União Europeia e de mobilizar a geração jovem em torno do que é e do que pode ser o projeto europeu e o papel da Comissão Europeia.

O *Summer CEmp* é um seminário intensivo e dinâmico com formatos práticos de aprendizagem. Durante quatro dias, um grupo diverso de estudantes do ensino superior tem a oportunidade de refletir sobre as prioridades e políticas europeias, em interação com exemplos concretos da localidade anfitriã, de debater com um vasto leque de protagonistas da atualidade portuguesa e europeia (da política, dos *media*, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local), de forma aberta e concreta, sobre o futuro do projeto europeu e de aprender mais sobre a União Europeia e sobre o papel da Comissão Europeia em temas muito diversos. Mais informações na [página dedicada](#) e acompanhe com o *#SummerCEmp* nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Twitter](#), [Facebook](#) e [Instagram](#).

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora

receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.



Consulta pública relativa à atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e do seu plano de ação

A Estratégia de Segurança Marítima da UE de 2014 e o seu plano de ação revisto (2018) permanecem válidos. Todavia, uma avaliação mostrou que devem ser alinhados por outras políticas e instrumentos importantes da UE, incluindo a «Bússola Estratégica» da UE, ser adaptados aos desafios em constante evolução no domínio da segurança marítima no atual contexto geopolítico complexo, bem como às alterações climáticas e à degradação ambiental. Esta [iniciativa](#) atualizará a estratégia e o seu plano de ação, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2021.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

Até 19 de setembro



Saúde global - nova estratégia da União Europeia

Houve mudanças significativas na saúde global e na geopolítica desde a Comunicação da Comissão de 2010 sobre o papel da UE na saúde global. Esta iniciativa irá desenvolver uma nova estratégia de saúde global para responder a estas mudanças e reforçar a liderança da UE nesta área. Os contributos das partes interessadas poderão ser carregados [aqui](#).

19 e 20 de setembro



PCI Energy Days

O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição ("PCI Garden") e o link de inscrição poderão ser encontradas [aqui](#).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.

26 de setembro a 2 de outubro



Virtual Island Summit

A [Cimeira das Ilhas Virtuais](#) é um [evento online](#) global dedicado aos assuntos insulares e à partilha de experiências comuns. A Cimeira das Ilhas Virtuais de 2022 oferece, por exemplo, acesso a especialistas em sustentabilidade, sessões interativas, colaboração intersetorial, ou perceções e discussões sobre os [ODS](#). A Cimeira das Ilhas Virtuais do ano passado teve mais de 11 mil participantes de mais de 500 ilhas.



Lista de antimicrobianos a utilizar exclusivamente em pessoas

Os Estados-Membros deram o seu apoio ao estabelecimento de uma lista que designa os antimicrobianos a reservar exclusivamente para o tratamento de certas infeções em pessoas. Isto significa que estes agentes antimicrobianos não podem ser utilizados em animais em circunstância alguma. A venda de medicamentos veterinários contendo estes antimicrobianos será proibida. Através desta medida, a UE preserva a eficácia dos agentes antimicrobianos que são de importância primordial para a saúde humana. A [aprovação](#) pelos Estados-Membros é entendida como um verdadeiro marco na luta da UE contra a resistência antimicrobiana.

Os antimicrobianos enumerados neste ato jurídico foram designados com base no [parecer científico](#) fornecido pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), em colaboração com peritos dos Estados-Membros da UE, do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA). Mais de 30 cientistas, incluindo microbiologistas, veterinários e médicos especialistas em doenças infecciosas, contribuíram para esta avaliação científica. A Comissão irá adotar formalmente a lista nas próximas semanas. A lista começa a ser aplicada 6 meses após a sua publicação, que deverá ter lugar durante o Verão.

Relatório sobre a Resposta da Comissão à fraude na Política Agrícola Comum

Partes da Política Agrícola Comum (PAC), que foi a maior componente das despesas do orçamento da União Europeia (UE), estão muito expostas a fraudes. Esta é a revelação do Tribunal de Contas Europeu (TCE) num [relatório](#) publicado essa semana, que dá uma panorâmica dos riscos de fraude que afetam a PAC e avalia a resposta da Comissão Europeia à burla nas despesas agrícolas. O TCE conclui que a Comissão respondeu às fraudes na PAC, mas deve ter mais iniciativa no combate a certos riscos, como a utilização ilegal de terras. Os autores de fraudes podem explorar as fraquezas dos controlos dos Estados-Membros. Assim, o TCE recomenda que a Comissão deve vigiar melhor as medidas nacionais antifraude, dar orientações mais concretas e promover o uso de novas tecnologias para evitar e detetar fraudes.

O TCE analisou os padrões de fraude nos regimes de pagamento da PAC, tendo avaliado as medidas financiadas em regime de gestão partilhada (pagamentos diretos, medidas de mercado e desenvolvimento rural) nos períodos de 2007-2013 e 2014-2020. Os principais riscos detetados são os beneficiários que escondem violações das condições de elegibilidade, a complexidade das medidas financiadas e formas ilegais de utilização de terras.

Exportações agrícolas moldavas isentas de direitos aduaneiros durante um ano para apoiar a economia local

O Parlamento Europeu [apoiou](#) na terça-feira uma proposta que duplica a quantidade de produtos agrícolas moldavos exportados para a UE isentos de direitos aduaneiros. Com 572 votos a favor, 28 contra e 32 abstenções, o Parlamento aprovou uma proposta para duplicar as quotas de sete produtos agrícolas, cuja exportação ainda não foi totalmente liberalizada: ameixas, uvas de mesa, maçãs, tomates, alho, cerejas e sumo de uva. Durante um ano, o dobro destes produtos pode ser vendido para a UE sem tarifas. A liberalização ajudará os produtores e empresas moldavas a ultrapassar a perda dos mercados russo, bielorrusso e ucraniano devido à guerra da Rússia contra a Ucrânia. Devido à liberalização temporária, este comércio será redirecionado para a UE.

Antitrust: Comissão Europeia confirma inspeções sem aviso prévio no setor da distribuição em linha de alimentos

A Comissão Europeia [realizou](#) inspeções sem aviso prévio nas instalações de empresas ativas na distribuição em linha de alimentos, mercearias e outros bens de consumo em dois Estados Membros. A Comissão receia que as empresas envolvidas possam ter violado o artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que proíbe os cartéis e as práticas comerciais restritivas. Os funcionários da Comissão foram acompanhados pelos seus homólogos das autoridades nacionais competentes em matéria de concorrência.

As inspeções sem aviso prévio são um passo preliminar para suspeitas de práticas anticoncorrenciais. O facto de a Comissão realizar tais inspeções não significa que as empresas sejam culpadas de comportamento anticoncorrencial nem prejudica o resultado da própria investigação. As inspeções foram conduzidas em conformidade com todos os protocolos de saúde e segurança dos coronavírus para garantir a segurança das pessoas envolvidas.

Perspetivas a Curto Prazo para os Mercados Agrícolas da UE - Edição de verão de 2022

A Comissão Europeia acaba de publicar as suas últimas [Perspetivas a Curto Prazo para os Mercados Agrícolas da UE](#) (*Short-term outlook for EU agricultural markets*). A Comissão [refere](#) que as consequências da invasão russa da Ucrânia continuam a ter impacto nos mercados globais e a representar uma grande ameaça para a segurança alimentar mundial. Numa recuperação pós-COVID-19 já marcada por desafios de equilíbrio de mercado e aumentos de preços, o conflito militar traz consigo instabilidade e incerteza adicionais. A agricultura ucraniana é diretamente afetada ao longo de toda a cadeia de abastecimento, desde a produção ao comércio, mantendo a pressão sobre o abastecimento global de cereais e oleaginosas.

Na UE, a produção de cereais é afetada pelas condições climáticas secas em várias regiões. Como resultado, a previsão para a produção de cereais na UE é inferior ao esperado e abaixo dos níveis de 2021. No entanto, as existências atuais ajudarão a satisfazer as necessidades de consumo interno e parte da procura de exportação, que se prevê que se mantenha elevada tendo em conta as pressões nos mercados globais. O setor animal da UE (carne e laticínios) enfrenta os seus próprios desafios com surtos de doenças animais e preços elevados dos alimentos para animais. No entanto, a disponibilidade de alimentos na UE não está em risco. Os preços dos produtores agrícolas mantêm-se elevados, principalmente devido às incertezas que a agressão russa na Ucrânia continua a provocar, e aos elevados custos energéticos. Estes estão a causar um aumento inevitável dos custos de produção, tais como eletricidade, transporte, refrigeração e aquecimento, bem como fertilizantes e outros fatores de produção. Os preços agrícolas globais subiram 30% desde o início da invasão, embora se tenha observado algum relaxamento nas últimas semanas, em parte ligado à próxima colheita.

Espera-se que o aumento dos preços no produtor dos fatores de produção continue a refletir-se nos preços dos alimentos ao consumidor. Será expectável que os consumidores europeus possam passar de produtos de maior valor para produtos mais baratos para gerir a inflação alimentar.

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova regime italiano no valor de 1,2 mil milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos em painéis fotovoltaicos no setor agrícola

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime italiano de 1,2 mil milhões de euros disponibilizado através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos em painéis fotovoltaicos no setor agrícola. O regime contribuirá igualmente para os objetivos estratégicos da UE relacionados com o Pacto Ecológico Europeu.

A medida notificada pela Itália, com um orçamento de 1,2 mil milhões de euros, será inteiramente financiada através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, na sequência da avaliação positiva da Comissão sobre o Plano de Recuperação e Resiliência de Itália e a sua adoção pelo Conselho. O regime, que vigorará até 30 de junho de 2026, destina-se a apoiar as empresas agrícolas e agroindustriais a investir na utilização de energias renováveis. Isto melhorará a competitividade do setor e terá efeitos positivos no clima.

Ao abrigo do regime, o apoio assumirá a forma de subvenções diretas cobrindo até 90 % dos custos de investimento elegíveis. Estes custos estão sujeitos a limites máximos em função da capacidade da instalação fotovoltaica. Os beneficiários só podem investir em capacidades fotovoltaicas que não excedam as suas necessidades energéticas.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.102460 no [Registo de Auxílios Estatais](#) no sítio Web da Comissão sobre Concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.

LEADER - Tribunal de Contas Europeu põe em causa resultados do desenvolvimento local de base comunitária da União Europeia

Introduzido em 1991, o programa LEADER (a política participativa e da base para o topo que a União utiliza no desenvolvimento rural) ajudou a facilitar a participação local, mas é uma abordagem cara, com processos de aprovação lentos. Mais de uma década depois da primeira auditoria à abordagem LEADER, há poucas provas de que os benefícios sejam superiores aos custos e aos riscos envolvidos, conclui o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num [relatório especial](#).

A União Europeia tem utilizado a abordagem LEADER (ou desenvolvimento local de base comunitária) em projetos em zonas rurais, urbanas e costeiras, tendo previsto financiá-la com um máximo de 9,2 mil milhões de euros no período de 2014-2020. Esta abordagem pretende tirar partido dos conhecimentos especializados e da experiência das comunidades para definir as suas necessidades de desenvolvimento. Os grupos de ação local são essenciais neste processo: contribuem para elaborar uma estratégia de desenvolvimento local e são responsáveis pelo lançamento e desenvolvimento de projetos para satisfazer as necessidades reais a nível local. Esta abordagem é atraente em teoria, mas resta saber se teve vantagens práticas.

O TCE reconhece que o LEADER tende a facilitar a participação local. Porém, muitas vezes os grupos de ação local não são representativos, continuando a haver uma presença muito reduzida de mulheres e jovens. A abordagem participativa do LEADER implica custos administrativos e de funcionamento elevados, nomeadamente atividades para envolver a comunidade

local e apoiar os candidatos, e tem mais condições administrativas do que os programas de despesas habituais. Segundo a Comissão Europeia, no final de 2020 estes custos atingiram um total de mais de mil milhões de euros (ou seja, um quarto das despesas totais). Os processos de candidatura e aprovação dos projetos, que podem ter até oito etapas, continuam demasiado complicados e lentos, critica o TCE. Em resultado, os Estados-Membros só pagaram 39% dos projetos e um deles (Eslováquia) não financiou nenhum projeto.

Em geral, existem poucas provas de que os benefícios adicionais do LEADER justifiquem os custos em comparação com outros tipos de financiamento, conclui o TCE. A Comissão Europeia está a examinar a pertinência, a eficácia, a eficiência, a coerência e as vantagens do LEADER, mas a sua avaliação só será publicada no próximo ano, na melhor das hipóteses. Tendo em conta os custos e riscos adicionais e a continuada falta de benefícios demonstráveis, o TCE apela a que se faça uma avaliação profunda da abordagem LEADER e do desenvolvimento local de base comunitária.



Alargamento

Alargamento: uma atualização sobre os últimos desenvolvimentos nos Balcãs Ocidentais

O Parlamento Europeu [examinou](#) a situação política em três países candidatos: Bósnia e Herzegovina, Kosovo e Sérvia. Os eurodeputados reiteraram o seu apoio à orientação euro-atlântica da Bósnia e Herzegovina. No entanto, denunciam veementemente todos os discursos de ódio e atos desestabilizadores, incluindo a retirada das instituições estatais ou a sua obstrução, nomeadamente pelos dirigentes da entidade Republika Srpska. Exortam os atores políticos a regressar incondicionalmente a estas instituições estatais e a avançar no trabalho de reformas relacionadas com a UE, em particular o Estado de direito.

O texto adotado por 479 votos a favor, 81 contra e 75 abstenções sublinha a importância de realizar eleições parlamentares na Bósnia e Herzegovina em 2022, como previsto, e de respeitar os resultados. Apelando à eliminação de todas as formas de desigualdade, discriminação e parcialidade no processo eleitoral, os deputados europeus lamentam a falta de vontade política para ultrapassar o impasse nas negociações sobre as reformas constitucionais e eleitorais, e a impossibilidade de as implementar antes das eleições deste ano. O relatório apela aos atores políticos do país a respeitarem e implementarem os compromissos assumidos no acordo político alcançado em Bruxelas a 12 de junho de 2022, e congratula-se com o pedido do Conselho Europeu aos líderes políticos da Bósnia-Herzegovina para que concluam as reformas constitucionais e eleitorais.

Tendo em conta a agressão russa contra a Ucrânia, os deputados europeus apelam também à Bósnia e Herzegovina para que implemente as sanções da UE com as quais o país se alinhou e advertem contra o interesse contínuo da Rússia em desestabilizar a Bósnia e Herzegovina.

Conselho Europeu de junho: Estados-Membros devem ser mais ambiciosos para reforçar a UE

Os eurodeputados [congratularam-se](#) com a decisão da UE abrir as portas à Ucrânia e à Moldávia, mas apelaram aos líderes europeus para fortalecerem o espaço comunitário. Foram debatidas as conclusões da cimeira da UE de 23-24 de junho com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e o vice-presidente da Comissão, Maroš Šefčovič. Quase todos os oradores saudaram a decisão de se ter aberto o processo de adesão da Ucrânia e da Moldávia, tal como o Parlamento já tinha solicitado. Muitos Eurodeputados sublinharam que o caminho para a adesão será longo e exigirá muitas reformas para ambos os países. Argumentaram que a UE deveria encontrar outras formas de apoiar estes países, incluindo através de equipamento militar.

Muitos oradores falaram da necessidade de tratar os países dos Balcãs Ocidentais de forma justa e de desbloquear a sua adesão, como o Parlamento solicitou em muitas ocasiões no passado. Relativamente à Conferência sobre o Futuro da Europa e ao apelo do Parlamento a uma Convenção para rever os tratados da UE, muitos eurodeputados criticaram a falta de ambição do Conselho Europeu nesta área, sublinhando a necessidade urgente de reformar a UE e o seu funcionamento.

"O lugar da Macedónia do Norte é na UE", afirma Charles Michel

O presidente do Conselho Europeu, perante o Parlamento Europeu, [afirmou](#) que «na minha opinião, a Macedónia do Norte pertence à UE. Na minha opinião, o seu futuro está connosco. Juntos, estamos na véspera de um possível avanço no processo de adesão do país à UE. Temos trabalhado para este momento desde março de 2020, quando decidimos abrir negociações com a Macedónia do Norte e a Albânia. Na semana passada, o Conselho da UE apresentou uma solução de compromisso. Pessoalmente, estou absolutamente convencido de que esta é uma solução equilibrada que responde às vossas principais preocupações. O objetivo é claro: iniciar as conversações de adesão da Macedónia do Norte e finalmente avançar para construir o nosso futuro comum na UE.»



Ambiente

Programa LIFE: Comissão Europeia abre negociações com sete países não pertencentes à UE

A Comissão [iniciou](#) negociações sobre a associação ao [Programa LIFE para o Ambiente e Clima](#) com sete países terceiros: Albânia, Andorra, Ilhas Faroé, Israel, Moldávia, Macedónia do Norte e Turquia. A adesão ao LIFE ajudará estes países a difundir

técnicas, abordagens e melhores práticas inovadoras em matéria de ambiente e clima que contribuam para uma economia neutra, circular e resistente ao clima, e que protejam e restaurem a natureza.

Graças ao LIFE, as organizações públicas e privadas destes países poderão receber apoio financeiro para projetos destinados a: desenvolver e demonstrar técnicas e abordagens eco-inovadoras; promover as melhores práticas e mudanças de comportamento; apoiar o desenvolvimento, implementação e monitorização de leis ambientais; e catalisar a implementação em larga escala de soluções bem-sucedidas. Os candidatos destes países terceiros já podem apresentar propostas ao abrigo dos convites à apresentação de propostas [LIFE 2022](#). Para que um projeto possa receber financiamento, o país em causa terá de ratificar o acordo de associação. A Islândia aderiu ao programa LIFE em setembro de 2021, e na semana passada, a Ucrânia assinou um acordo de acesso ao programa.

Objetivo 55: Parlamento apoia combustíveis ecológicos para o setor da aviação

O óleo alimentar usado, o combustível sintético ou mesmo o hidrogénio devem tornar-se a norma como combustíveis para a aviação, a fim de levar a UE à neutralidade de carbono até 2050. O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição sobre novos projetos legislativos para aumentar a quota de combustíveis sustentáveis utilizados pelas companhias aéreas e aeroportos da EU.

Os eurodeputados aumentaram a ambição da proposta original da Comissão para a quota mínima de combustíveis renováveis a ser disponibilizada nos aeroportos da UE. A partir de 2025, esta quota deverá ser de 2%, aumentando para 37% em 2040 e 85% em 2050, tendo em conta o potencial da eletricidade e do hidrogénio no cabaz energético global (a Comissão tinha proposto 32% para 2040 e 63% para 2050).

O Parlamento alterou também a definição proposta de combustíveis sustentáveis para a aviação, um termo que abrange combustíveis sintéticos ou certos biocombustíveis produzidos a partir de resíduos agrícolas e florestais, algas, biomassa ou óleos alimentares usados.



Coesão

Política de Coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com a Bulgária no valor de 11 mil milhões de euros

A Comissão [adotou](#) o [Acordo de Parceria](#) com a Bulgária, que estabelece a estratégia de investimento da política de coesão do país no valor de 11 mil milhões de euros para o período 2021-2027. Os fundos da Política de Coesão promoverão a coesão económica, social e territorial nas regiões búlgaras e ajudarão a implementar as principais prioridades da UE, tais como a transição verde e digital. Estes fundos irão também apoiar áreas políticas em que a Bulgária tem potencial para melhorar e reduzir as disparidades regionais no interior do país.

O Acordo de Parceria com a Bulgária abrange 10 programas nacionais. O acordo inclui também a elegibilidade e implementação do JTF em 3 distritos búlgaros mais negativamente afetados pela transição climática. O Acordo de Parceria com a Bulgária foi o décimo segundo acordo para o período de financiamento 2021-2027, seguindo-se aos da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos e Polónia.

Política de Coesão da UE: mais de mil milhões de euros atribuídos ao Chipre para o desenvolvimento económico e social e uma transição verde justa

Na sequência da adoção do [Acordo de Parceria](#), do programa operacional único e do Plano de Transição Justa para Chipre, a UE [investirá](#) um total de mais de mil milhões de euros no país entre 2021 e 2027. O Acordo de Parceria estabelece a estratégia de investimento de Chipre para a coesão económica, social e territorial, a transição verde e digital e o desenvolvimento de um modelo de crescimento competitivo, socialmente inclusivo e sustentável. Ao mesmo tempo, o Plano de Transição Justa aliviará o impacto da transição energética e climática na economia e sociedade locais.

O Acordo de Parceria com Chipre é o 13º a ser adotado após os da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos, Polónia e Bulgária.

NextGenerationEU: os Países Baixos apresentam o seu plano de recuperação e resiliência

Os Países Baixos [procederam à entrega](#) à Comissão Europeia do seu plano de recuperação e resiliência. Este plano define as reformas e projetos de investimento público que os Países Baixos pretendem implementar com o apoio do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e atinge um total de 4,7 mil milhões de euros em subvenções ao abrigo do mesmo.

O plano está estruturado em seis pilares: promover a transição verde; acelerar a transformação digital; melhoria do mercado imobiliário com foco na renovação de edifícios; fortalecimento do mercado de trabalho, pensões e educação orientada para o futuro; fortalecimento do setor de saúde pública e preparação para pandemias; combate ao planeamento tributário agressivo e à lavagem de dinheiro.



Auxílios estatais: Comissão aprova regime italiano de apoio à distribuição de jornais no valor de 60 milhões de euros

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE sobre auxílios estatais, um regime italiano de 60 milhões de euros para apoiar a distribuição de jornais. O regime visa assegurar a disponibilidade de jornais e periódicos em Itália, em particular em pequenos municípios onde a distribuição de imprensa escrita é mais onerosa, dispendiosa e demorada para os editores. Ao abrigo deste regime, os editores de jornais e periódicos terão direito a um crédito fiscal que cobre até 30% dos seus custos de distribuição incorridos em 2020. O regime será aplicado apenas para o ano fiscal de 2021. A Comissão avaliou o regime ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular o artigo 107(3)(c) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite aos Estados-Membros apoiar o desenvolvimento de certas atividades ou áreas económicas. A Comissão considerou que a medida é necessária e adequada para alcançar os objetivos prosseguidos, nomeadamente o desenvolvimento do setor dos meios de comunicação social, o amplo acesso aos jornais e periódicos e a promoção do pluralismo dos meios de comunicação social.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.101274 no [registo dos auxílios estatais](#) no [sítio web](#) da concorrência da Comissão, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Eurodeputados aprovam entrada da Croácia na zona euro

Os eurodeputados [deram](#) parecer favorável ao pedido da Croácia para aderir à zona euro a partir de 1 de janeiro de 2023. O Parlamento, por 539 votos a favor, 45 contra e 48 abstenções, aprovou o relatório de Siegfried Mureşan (EPP, RO) declarando que a Croácia satisfaz plenamente os critérios para adotar o euro a partir do próximo ano.

O relatório acrescenta que embora a avaliação da Croácia esteja a ter lugar no contexto da pandemia da COVID-19, da elevada inflação e da guerra russa contra a Ucrânia, o país continua totalmente pronto para adotar o euro. Os eurodeputados salientam também que a Croácia já tem um nível de convergência de preços com a zona euro mais elevado do que os outros Estados-Membros quando aderiram. No entanto, o Parlamento espera esforços sustentados do governo croata para assegurar que a convergência de preços continue e que a introdução do euro não conduza a aumentos artificiais de preços.

Acordo fiscal global e Hungria: eurodeputados condenam vetos nacionais

Os eurodeputados [condenaram](#) os países por abusarem dos seus vetos em questões fiscais e apelaram a um relançamento do debate para introduzir gradualmente a votação por maioria. A resolução, aprovada na quarta-feira por 450 votos a favor, 132 contra e 55 abstenções, conclui o debate lançado na sessão plenária de 22-23 de junho.

O texto afirma que as exigências da Hungria no sentido de levantar o seu veto ao acordo global no sentido de adotar um imposto mínimo sobre as multinacionais já foram amplamente tidas em conta no acordo global. Apela, portanto, à Hungria para que ponha imediatamente fim a este bloqueio. A resolução apela igualmente à Comissão e aos Estados-Membros para que não se envolvam em negociações políticas e se abstenham de aprovar o plano nacional de recuperação da Hungria, a menos que todos os critérios sejam cumpridos. Se a Hungria não alterar a sua posição, os Deputados ao Parlamento Europeu disseram que certas alternativas deveriam ser examinadas a fim de honrar os compromissos da UE, incluindo a possível utilização da "cooperação reforçada".

A resolução afirma igualmente que as regras fiscais a nível da UE e mundial já não estão adaptadas à economia contemporânea, uma vez que encorajam a evasão e fraude fiscais, levam a vantagens competitivas inaceitáveis para as multinacionais e em detrimento das PME, e minam o mercado único da UE. Os eurodeputados recordaram aos Estados-Membros que a tomada de decisões por unanimidade na UE exige um nível muito elevado de responsabilização, em conformidade com o princípio de cooperação consagrado no Tratado da UE. A longo prazo, os Estados-Membros devem considerar os benefícios dos procedimentos de votação por maioria qualificada, e a Comissão deve relançar as discussões para introduzir gradualmente a votação por maioria em questões fiscais.



Taxonomia: Parlamento não vota a inclusão das atividades de gás e nucleares

O Parlamento [rejeitou](#) uma proposta de objeção à inclusão da energia nuclear e do gás na lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, já que não foi alcançada a maioria absoluta de eurodeputados necessária para rejeitar a proposta da Comissão Europeia. Se o Conselho também não formular objeções, o Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE entrará em vigor a 1 de janeiro de 2023.

Em termos concretos, o Parlamento Europeu não se opôs ao [Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE](#), apresentado pela Comissão Europeia, para incluir atividades específicas nos domínios da energia nuclear e do gás (sob determinadas condições) na lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, abrangidas pela chamada [taxonomia da UE](#). Uma vez que a Comissão Europeia considera que o investimento privado em atividades relacionadas com o gás e a energia nuclear tem um papel a desempenhar na transição ecológica, propôs a classificação de determinadas atividades nestes domínios como atividades de transição que contribuem para atenuar as alterações climáticas. A inclusão de determinadas atividades de gás e nucleares é limitada no tempo e depende de condições específicas e de requisitos de transparência. 278 deputados votaram a favor da resolução, 328 votaram contra e 33 abstiveram-se. Era necessária uma maioria absoluta de 353 eurodeputados para o Parlamento Europeu vetar a proposta da Comissão Europeia.



Estado de Direito

Declaração do alto representante, em nome da UE, sobre a associação de determinados países a medidas restritivas contra o EIL (Daexe) e a Alcida e pessoas, grupos, empresas e entidades a eles associados

A 20 de junho de 2022, o Conselho [adotou](#) a Decisão (PESC) 2022/950. Esta decisão acrescenta três pessoas e um grupo à lista de pessoas, grupos, empresas e entidades constante do anexo da Decisão (PESC) 2016/1693. A Macedónia do Norte, o Montenegro, a Sérvia, a Albânia, a Ucrânia e a República da Moldávia – países candidatos –, a Bósnia-Herzegovina – país do Processo de Estabilização e de Associação e potencial candidato –, e a Islândia e o Listenstaine – países da EFTA membros do Espaço Económico Europeu –, bem como a Arménia e a Geórgia, associam-se a esta decisão do Conselho. Estes países assegurarão a conformidade das suas políticas nacionais com as referidas decisões do Conselho.

Eurodeputados querem incluir o direito ao aborto na Carta dos Direitos Fundamentais da UE

Os eurodeputados [condenam](#) mais uma vez com a maior veemência o retrocesso dos direitos das mulheres e da saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos nos Estados Unidos e em alguns Estados-Membros. O direito ao aborto deve ser consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, exortam os eurodeputados numa resolução sobre a decisão do Supremo Tribunal dos EUA de anular o direito ao aborto nos EUA, adotada por 324 votos a favor, 155 contra e 38 abstenções.

Deve ser apresentada ao Conselho uma proposta de alteração do artigo 7º da Carta para acrescentar que "qualquer pessoa tem direito a um aborto seguro e legal". Os eurodeputados esperam que o Conselho Europeu se reúna para discutir uma Convenção de revisão dos tratados, como já afirmaram na sua resolução de 9 de junho. Os eurodeputados expressam o seu apoio e solidariedade para com as mulheres nos Estados Unidos e todos aqueles que se esforçam por proporcionar e defender o direito e o acesso a cuidados abortivos seguros e legais em circunstâncias tão difíceis. Exortam o Congresso dos EUA a aprovar legislação que proteja o aborto a nível federal.



Financiamento

Banco Europeu de Investimento: Eurodeputados elogiam o apoio à coesão, mas exigem mais transparência

Elogiando os esforços do Banco Europeu de Investimento (BEI) no apoio à transição climática da Ucrânia e da UE, os deputados europeus [solicitam](#) ao Banco que seja mais transparente em relação aos projetos que recebem o investimento da UE. No relatório sobre as atividades financeiras do BEI em 2021, os deputados europeus, por 484 votos a favor, 52 contra e 41 abstenções, congratulam-se com a reação do BEI à invasão russa na Ucrânia, fornecendo quase 2 mil milhões de euros tanto em apoio financeiro imediato como em apoio a infraestruturas a médio e longo prazo.

Aplaudem igualmente os esforços do BEI como banco climático, com investimentos crescentes em energia, atingindo mais de 14 mil milhões de euros em 2021. Lamentam, contudo, "que o BEI tenha em parte ignorado as exigências muito claras do Parlamento no sentido de melhorar a sua política de transparência" e esperam melhorias neste domínio.

No relatório sobre o controlo das atividades financeiras do BEI em 2020, adotado por 492 votos a favor, 42 e 36 abstenções, os eurodeputados aplaudem os investimentos do braço de empréstimo da UE de 5,2 mil milhões de euros no combate à COVID-19, em particular o bem-sucedido investimento no programa de vacinas COVID-19 da BioNTech.

Eurodeputados aprovam empréstimo de mil milhões de euros à Ucrânia

O Parlamento [concordou](#) com uma proposta da Comissão de conceder a Kyiv um empréstimo adicional em condições altamente favoráveis, para além dos 1,2 mil milhões de euros desembolsados já em março e maio de 2022. O montante atual é a primeira parcela da próxima assistência macrofinanceira excecional no valor de 9 mil milhões de euros.

A Ucrânia necessita de recorrer a financiamento externo devido à invasão russa: para além dos tremendos danos nas estradas, pontes, fábricas, casas, hospitais e outras infraestruturas, o país também perdeu o seu acesso aos mercados financeiros

internacionais. Como resultado, a Ucrânia tem falta de 39 mil milhões de dólares (37,3 mil milhões de euros) para satisfazer as suas necessidades de financiamento para 2022, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. O empréstimo serve como "apoio financeiro rápido numa situação de graves necessidades de financiamento e para assegurar a continuação do funcionamento das funções mais críticas do Estado ucraniano", afirma-se na proposta. Será desembolsado numa única prestação, na condição de cumprir vários critérios, incluindo o reforço da transparência e a elaboração de relatórios sobre a sua utilização. O orçamento da UE financiará excepcionalmente os custos dos juros.



Inclusão social, Integração e Direitos

Erradicar a pobreza entre as mulheres na Europa

Os eurodeputados [exortam](#) a Comissão e os países da UE a abordar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, tais como as barreiras ao mercado de trabalho. Num relatório adotado na terça-feira por 535 votos a favor, 18 contra e 79 abstenções, os eurodeputados apelam a uma integração mais eficaz do género nas políticas relativas aos sem-abrigo, à falta de acesso a habitação e energia a preços acessíveis e adequados. A Comissão deve desenvolver uma estratégia ambiciosa de luta contra a pobreza até 2030, com objetivos concretos e um enfoque na pobreza das mulheres, dizem os eurodeputados.

O agravamento da situação socioeconómica tem aumentado todas as formas de violência contra as mulheres, sublinham. Instam os Estados-Membros a prestar apoio às mulheres que fogem da violência baseada no género, uma vez que uma vida livre de violência é essencial para que as mulheres participem no mercado de trabalho, alcancem todo o seu potencial e sejam financeiramente independentes.

Violações dos direitos humanos em Hong Kong, Brasil e Tajiquistão

O Parlamento Europeu [condenou](#) as detenções do Cardeal Joseph Zen, um dos principais defensores pró-democracia de Hong Kong, e de quatro outros administradores do Fundo de Ajuda Humanitária 612 (que fornece apoio humanitário e financeiro aos feridos, detidos ou ameaçados durante os protestos contra a alteração da lei anti-extradição). Os eurodeputados salientam que estas e outras ações repressivas, tais como a proibição de mais de 60 grupos da sociedade, constituem um ataque às liberdades garantidas pela Lei Básica de Hong Kong, incluindo a liberdade de religião ou crença. São também sintomáticos dos esforços contínuos da China para destruir sistematicamente o que resta da autonomia e das liberdades de Hong Kong, e para suprimir o movimento pró-democracia.

Os eurodeputados condenaram igualmente o brutal assassinato de defensores dos direitos humanos e de povos indígenas no Brasil, incluindo os recentes assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do ativista brasileiro Bruno Pereira. Exortam as autoridades brasileiras a conduzir uma investigação completa, imparcial e independente destes assassinatos e a assegurar o pleno respeito pelo devido processo em todos os momentos.

O Parlamento condenou ainda e de forma veemente a repressão violenta das autoridades tadjiques contra manifestantes, jornalistas, *bloggers*, advogados e ativistas na sequência de manifestações na Região Autónoma de Nagorno-Badakhshan em novembro de 2021 e maio de 2022. Manifesta igualmente a sua profunda preocupação com a deterioração da situação dos direitos humanos na região, e apela ao fim da repressão da minoria Pamiri e à sua proteção.



Investigação científica, Inovação, Ciência

Apresentado novo Programa Europeu de Inovação

A Comissão adotou um [novo Programa Europeu de Inovação](#) a fim de colocar a Europa na vanguarda da nova vaga de inovação no domínio das tecnologias profundas e das empresas emergentes. Esta iniciativa ajudará a Europa a desenvolver e colocar no mercado novas tecnologias para dar resposta aos desafios sociais mais prementes e irá posicioná-la como protagonista no panorama mundial da inovação. Este objetivo está em linha com as conclusões da edição de 2022 do [relatório sobre o desempenho da UE nos domínios da ciência, da investigação e da inovação](#).

A política de inovação é um domínio de intervenção crucial para a UE, com iniciativas e investimentos significativos. É complementado pelo trabalho relativo ao [Espaço Europeu da Investigação \(EEI\)](#), que visa criar um verdadeiro mercado único europeu da investigação e inovação. As medidas apresentadas na presente comunicação, agrupadas em cinco iniciativas emblemáticas, aproveitarão os pontos fortes do mercado único da UE, como uma base industrial forte, talentos, instituições estáveis e sociedades democráticas, para impulsionar a inovação de tecnologia profunda na Europa e concretizar as oportunidades oferecidas pela dupla transição e a necessidade de uma autonomia estratégica no futuro. Para mais informações, consultar os respetivos comunicados de imprensa sobre o [Novo Programa Europeu de Inovação](#) e o [Relatório sobre Ciência, Investigação e Inovação](#).

Novo relatório sobre o desempenho da UE no domínio da investigação e inovação

A Comissão publicou o [relatório de 2022 sobre o desempenho da UE nos domínios da ciência, da investigação e da inovação](#), que analisa os resultados obtidos pela UE em termos de inovação num contexto mundial. O relatório fornece indicações sobre a forma como as estratégias de investigação e inovação podem ajudar a construir uma Europa inclusiva, sustentável, competitiva e resiliente, tirando partido do potencial destes dois tipos de atividades enquanto fontes de prosperidade e catalisadores da mudança. O relatório salienta ainda que a pandemia de coronavírus e a invasão da Ucrânia pela Rússia demonstraram claramente que a Europa tem de estar mais bem preparada para reagir, de forma rápida e adequada, a quaisquer novos desafios inesperados.

O relatório deste ano indica que a UE [continua](#) a ocupar uma posição preponderante, a nível mundial, em termos de produção científica e tecnológica. Apesar de representar apenas 6 % da população mundial, a UE é responsável por cerca de 18 % dos investimentos em I&D e 21 % das publicações científicas mais citadas a nível mundial. Em termos de desenvolvimento tecnológico, a UE é o líder mundial no domínio do clima, com 23 % do número total de pedidos de patentes. A UE contribui também, de forma preponderante, para os desenvolvimentos noutros domínios, como a bioeconomia (23 %) e a saúde (17 %). Esta posição de liderança está-se, no entanto, a desmoronar, devido ao facto de, ao longo dos últimos anos, os principais parceiros comerciais da UE terem acelerado o ritmo do seu desempenho em matéria de inovação. Durante a crise, os investimentos da UE nos domínios da I&D registaram uma diminuição, com diferenças significativas entre os diferentes setores. Entre 2019 e 2020, os principais investidores da UE na I&D nos setores da saúde e das TIC aumentaram os seus investimentos (10,3 % e 7,2 %, respetivamente) mas, durante a crise, os grandes investidores na I&D noutros setores, como as TIC (-3,6 %), os produtos químicos (-3,7 %), o setor automóvel (-7,2 %) e do espaço (-22,6 %), diminuíram os seus investimentos.

Ações Marie Skłodowska-Curie: 89 milhões de euros para apoiar mais de 700 investigadores na Europa

A Comissão Europeia [anunciou](#) os resultados do convite *Marie Skłodowska-Curie Actions 2021* para o **cofinanciamento de programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND)**. O financiamento da UE no valor de 89 milhões de euros irá cofinanciar 13 programas de formação para doutoramento e 13 programas de bolsas de pós-doutoramento de excelente qualidade. Os países com o maior número de projetos selecionados são Espanha, Irlanda e Finlândia. Estes programas apoiarão a formação, supervisão e desenvolvimento de carreiras de alta qualidade de mais de 700 excelentes cientistas que realizam investigação numa vasta gama de disciplinas, desde a descoberta de medicamentos ou dispositivos médicos a tecnologias quânticas, nanotecnologia ou ciência vegetal.

Ações Marie Skłodowska-Curie: 72 milhões de euros para apoiar intercâmbios de investigadores e inovadores nas universidades

A Comissão Europeia [anunciou](#) os resultados do convite para as Ações Marie Skłodowska-Curie referentes **aos Intercâmbios de Pessoal**. Os 71 projetos selecionados irão promover a colaboração internacional, interdisciplinar e intersetorial com vista à formação de investigadores e inovadores e à produção de novos produtos, serviços e processos.

Os indivíduos financiados incluirão doutorandos, pós-doutorandos, bem como técnicos, pessoal de gestão e administrativo envolvido em atividades de investigação e inovação. Através de intercâmbios de pessoal, as organizações podem formar parcerias internacionais com outras organizações líderes de todo o mundo. Os projetos deste ano abrangem 655 organizações sediadas em 84 países, incluindo 118 Pequenas e Médias Empresas, na sua maioria do setor privado.



Juventude, Formação e Requalificação

Comissão lança um convite de 9 milhões de euros para conteúdos dos meios de comunicação em linha para jovens europeus

A Comissão Europeia [publicou](#) um convite à apresentação de projetos no valor de 9 milhões de euros para apoiar a produção de conteúdos informativos de toda a Europa sobre questões de atualidade, visando especialmente os jovens europeus. Na sequência de dois convites piloto em 2020 e 2021, este terceiro convite, **cujas candidaturas poderão ser apresentadas até ao próximo dia 24 de outubro**, aumenta significativamente o apoio da UE ao jornalismo transfronteiriço e convida à apresentação de propostas de consórcios de pelo menos cinco organizações de pelo menos cinco Estados-Membros da UE. O objetivo é capacitar os jovens europeus para comparar perspetivas de toda a Europa, envolvê-los através de conteúdos atraentes com múltiplas perspetivas em diferentes línguas europeias e aumentar a participação democrática dos jovens em diversos grupos sociais, linguísticos e etários. Faz parte dos esforços para aumentar e diversificar as fontes de financiamento a nível europeu para apoiar o jornalismo transfronteiriço e desenvolver novos formatos inovadores, no pleno respeito pela independência editorial.



Mobilidade e Transportes

Proteção dos consumidores: 55% dos sítios Web de intermediação de aluguer de automóveis analisados violam a legislação da UE

A Comissão Europeia e as autoridades nacionais de proteção dos consumidores [publicaram](#) os [resultados](#) de um rastreio ("sweep") de *websites* de intermediação de aluguer de automóveis a nível da UE. Sob a coordenação da Comissão, as autoridades de dez Estados-Membros, juntamente com a Noruega, verificaram 78 websites de intermediação de aluguer de automóveis, incluindo os websites das companhias aéreas, para verificar se os principais intermediários que operam na Europa cumprem as regras de proteção dos consumidores da UE. No total, apenas 45% dos sítios web cumprem as normas da UE.

Em quase um terço dos sítios *web*, não ficou claro se os consumidores precisam de contactar o intermediário ou a empresa de aluguer em caso de dúvidas ou queixas. Além disso, 28% deles não mencionaram claramente o nome da empresa intermediária e quase metade não informaram claramente sobre o que está incluído no seguro. As autoridades também encontraram problemas em relação à informação sobre preços, tais como informação incompleta sobre taxas obrigatórias (por exemplo, taxas de condutores jovens ou taxas unidireccionais). As autoridades nacionais contactarão os comerciais em questão para retificar os seus sítios na Internet e, se necessário, iniciarão ações de execução em conformidade com os seus procedimentos nacionais.

Novas regras para melhorar a segurança rodoviária e permitir veículos totalmente autónomos na UE

O novo [Regulamento relativo à segurança geral dos veículos começou](#) a ser aplicado desde o dia 6 de julho. O regulamento introduz uma série de sistemas avançados obrigatórios de assistência ao condutor para melhorar a segurança rodoviária e estabelece o quadro jurídico para a homologação de veículos automatizados e totalmente autónomos na UE. As novas medidas de segurança ajudarão a proteger melhor os passageiros, os peões e os ciclistas em toda a UE, esperando-se que salvem mais de 25 mil vidas e evitem pelo menos 140 mil ferimentos graves até 2038.

Uma vez que a entrada em vigor do Regulamento relativo à segurança geral dos veículos confere poderes à Comissão para completar o quadro jurídico aplicável aos veículos automatizados e conectados, a Comissão apresentará, este verão, regras técnicas para a homologação de veículos totalmente autónomos, tornando a UE pioneira neste domínio. Será um contributo para aumentar a confiança do público, impulsionar a inovação e melhorar a competitividade da indústria automóvel europeia.

Auxílios estatais: Comissão propõe regras para simplificar os procedimentos relativos aos auxílios estatais a favor dos transportes ecológicos

A Comissão Europeia [propôs](#) um regulamento do Conselho que permite à Comissão isentar de notificação prévia, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, certos tipos de auxílios ao transporte ferroviário, fluvial e multimodal, com o objetivo de promover o transporte verde.

O Regulamento do Conselho proposto baseia-se na vasta experiência adquirida pela Comissão ao longo de anos de aplicação do [artigo 93º](#) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à coordenação dos transportes, bem como das [Orientações relativas aos auxílios estatais no setor ferroviário de 2008](#). Além disso, vem na sequência [da avaliação aos auxílios estatais de 2020](#), que concluiu que as regras existentes em matéria de transportes precisam de ser adaptadas, uma vez que as Orientações Ferroviárias estão desatualizadas e não refletem importantes desenvolvimentos regulamentares e de mercado. Estes desenvolvimentos incluem em particular a abertura à concorrência dos mercados ferroviários e as prioridades políticas da UE no contexto do [Pacto Ecológico Europeu](#), que aumentaram a importância de uma transferência modal da estrada para modos de transporte mais ecológicos, a fim de cumprir o [objetivo de redução das emissões da UE em 2050](#).

Conselho e Parlamento lançam medidas temporárias urgentes para documentos de condução ucranianos

Em resposta à agressão militar injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia, o Conselho e o Parlamento Europeu [acordaram](#) em introduzir, por intermédio de um processo de urgência, medidas específicas e temporárias relativamente aos documentos de condução ucranianos. A proposta legislativa está ligada ao acolhimento de refugiados ucranianos e visa reduzir os requisitos administrativos normalmente aplicáveis aos condutores de países terceiros quando conduzem na UE. Esta medida inovadora reduz os encargos administrativos para os refugiados ucranianos no que diz respeito aos documentos de condução e, ao mesmo tempo, proporciona uma abordagem harmonizada para o período da proteção temporária.

O reconhecimento e a troca de cartas de condução de países terceiros não são regidos pelas regras da UE. A Comissão apresentou a referida proposta reconhecendo que o problema, devido à sua dimensão e aos seus efeitos em consequência da guerra, necessita de um quadro regulamentar harmonizado que estará estritamente ligado à proteção temporária aos refugiados da Ucrânia concedida inicialmente por uma decisão do Conselho em 4 de março. As medidas propostas têm um duplo objetivo: por um lado, contribuir para a integração social e económica dos refugiados ucranianos no Estado-Membro de acolhimento; por outro lado, manter um elevado nível de segurança rodoviária na União.

O regulamento prevê as condições para o reconhecimento das cartas de condução e cartas de qualificação de motorista emitidas pela Ucrânia, a prorrogação da validade dos documentos caducados emitidos pela Ucrânia, os

procedimentos de verificação em caso de perda ou furto de cartas de condução emitidas pela Ucrânia, a prevenção de fraude ou de falsificação, bem como o acompanhamento da sua aplicação pela Comissão.

Proteção do consumidor: companhias aéreas reembolsam mais de 500 mil vouchers como resultado da ação da Comissão e das autoridades de defesa do consumidor

A Comissão e as autoridades nacionais de consumo [acabam](#) de receber a confirmação de 16 grandes companhias aéreas europeias, que reembolsaram mais de 500 mil vouchers aos consumidores por voos cancelados durante a pandemia da COVID-19. Este é o resultado do diálogo que a Comissão e a *Consumer Protection Network* (CPC Network) conduziram em 2021 para abordar as consequências dos cancelamentos de voos em massa e sem precedentes que ocorreram nas fases iniciais da pandemia.

Como parte do diálogo de 2021, as companhias aéreas comprometeram-se a tomar medidas para alinhar as suas práticas com a legislação da UE em matéria de direitos dos consumidores e passageiros. Os compromissos incluem: a compensação dos reembolsos em atraso e o reembolso atempado dos passageiros; uma melhor informação dos consumidores sobre os seus direitos relacionados com o cancelamento; e a oferta aos consumidores da troca de vouchers por dinheiro em todos os casos em que os vouchers tinham sido anteriormente impostos aos consumidores.



Mar e Pescas

Conferência dos Oceanos da ONU adota Declaração de Lisboa

A [Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 73/292](#) de maio de 2019, aprovou a realização, em Lisboa, da Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, com o objetivo de contribuir para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 «Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável». Recorde-se que este objetivo faz parte dos [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030](#), estabelecidos pelas Nações Unidas, em 2015.

A adoção do texto, intitulado "[O nosso oceano, o nosso futuro, a nossa responsabilidade](#)" e que ficará conhecido como 'Declaração de Lisboa', [culminou](#) a conferência que durante cinco dias (de 27 de junho a 1 de julho) reuniu representantes de mais de uma centena de países, incluindo chefes de Estado e do Governo. A conferência de Lisboa, coorganizada por Portugal e Quênia, visava impulsionar esforços globais para a preservação dos oceanos e seguiu-se à de Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 2017. A próxima será em [França](#), em 2025, organizada em conjunto com a Costa Rica.

Pela voz de António Costa, Portugal [assumiu](#) como meta nas energias renováveis oceânicas atingir dez gigawatts de capacidade até 2030 e duplicar o número de 'startups' na economia azul, bem como classificar 30% das áreas marinhas nacionais até 2030.

Parlamento Europeu aprova compensações para a pesca e aquicultura da UE

Os deputados europeus [deram](#) luz verde para a ajuda financeira aos setores das pescas e da aquicultura da UE que enfrentam as consequências económicas da guerra na Ucrânia. Os deputados europeus aprovaram na quarta-feira, por 620 votos a favor, 10 contra e 9 abstenções, um acordo com os governos da UE sobre a ajuda financeira aos setores das pescas e da aquicultura da UE para aliviar as consequências da guerra na Ucrânia.

A medida apoiará os pescadores que tiveram de suspender as suas atividades devido à guerra na Ucrânia, bem como as organizações de produtores e os operadores dos setores das pescas e da aquicultura cujas atividades foram perturbadas em consequência da agressão russa na Ucrânia. Os deputados europeus também concordaram com o Conselho em alterar a proposta para incluir todos os produtores cuja viabilidade económica tenha sido afetada negativamente pela guerra, bem como o setor da transformação.

Os Estados-Membros poderão ajustar as regras de financiamento para utilizar os restantes recursos disponíveis ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para o período de programação 2014-2020. A compensação cobrirá perdas de rendimentos, bem como custos adicionais relacionados com o aumento dos preços da energia, das matérias-primas e dos alimentos para os peixes devido à guerra.



Presidência checa do Conselho da União Europeia

Chéquia na Presidência do Conselho: quais as expectativas dos eurodeputados checos?

A Chéquia [substituiu](#) a França na Presidência do Conselho da União Europeia e precederá a Presidência sueca de janeiro de 2023. Os três países juntos, formam o atual trio da Presidência que estabelece objetivos a longo prazo e um [programa comum](#) para um período de 18 meses, embora cada país avance também as suas próprias prioridades. Durante a Presidência,

a Chéquia pretende concentrar-se em cinco domínios estreitamente ligados: (i) gestão da crise dos refugiados e recuperação da Ucrânia no pós-guerra; (ii) segurança energética; (iii) reforço das capacidades de defesa da Europa e da segurança do ciberespaço; (iv) resiliência estratégica da economia europeia; (v) resiliência das instituições democráticas.

Para Luděk Niedermayer (PPE), o maior desafio em termos de legislação é completar pelo menos parte do [pacote 'Fit for 55'](#) e do [pacote de branqueamento de capitais](#). Tratar da questão das consequências da [guerra na Ucrânia](#) será outro tema importante. Observando os desafios que a UE enfrenta, incluindo a guerra na Ucrânia e a necessidade de recuperação socioeconómica após a pandemia, Radka Maxová (S&D) disse: "Gostaria que a Presidência checa se concentrasse no reforço da resiliência da UE, assegurando que a transição digital e ecológica aconteça de uma forma socialmente justa, e espero vê-la tomar medidas robustas na área da saúde mental." Dita Charanzová (Renew) acha que o foco principal será a guerra e as suas consequências. "É vital que tenhamos uma resposta forte e unida da UE à Rússia, mas também que continuemos a ajudar a Ucrânia, tanto financeira como politicamente." Os principais desafios serão garantir a independência energética e combater o aumento dos preços da energia e dos alimentos, acrescentou Charanzová. Veronika Vrecionová (ECR) concordou. "A União Europeia está a enfrentar uma das provas mais difíceis desde a sua criação. [...] A tarefa da Presidência checa será a de ajudar a superar esta crise com sucesso", referiu, acrescentando que o lema da Presidência capta esse objetivo com bastante precisão.

Debate sobre as prioridades da Presidência checa com o primeiro-ministro Petr Fiala

O primeiro-ministro checo Petr Fiala [apresentou](#) ao Parlamento Europeu o programa e os principais objetivos da Presidência checa do Conselho. No seu discurso de abertura, a presidente do Parlamento, Roberta Metsola, salientou que "com uma guerra ilegal no nosso continente, a Presidência checa encontra-se num ponto de viragem na história. Os próximos passos serão decisivos para o nosso futuro comum". No entanto, "este não é o momento de nos afastarmos das nossas ambições", acrescentou, apelando à aceleração das transições verdes e digitais.

O primeiro-ministro checo Petr Fiala admitiu que a "invasão russa da Ucrânia alterou a maior parte dos planos da Presidência checa. A principal tarefa nos próximos meses será a de estabelecer uma posição comum e consensual sobre as medidas para mitigar os efeitos negativos das crises atuais nos nossos cidadãos" A preparação da reconstrução pós-guerra da Ucrânia e os projetos europeus conjuntos, como o REPowerEU, que visa libertar a Europa da sua dependência da Rússia, serão tarefas importantes para a Presidência. No entanto, "cada Estado-Membro deve poder escolher o cabaz energético que melhor lhe convém e que lhe permita cumprir os seus objetivos climáticos", acrescentou. A Presidência procurará igualmente melhorar as capacidades de defesa dos Estados-Membros, redefinir as cadeias de abastecimento, reforçar o comércio livre, garantir a segurança alimentar e reforçar a resiliência das instituições democráticas.

Em nome da Comissão Europeia, a presidente von der Leyen referiu que a UE deve "assegurar que a paz regresse à Ucrânia, que sem acontecerá" e anunciou a organização de uma conferência de alto nível no outono sobre a reconstrução da Ucrânia. Sublinhou também a necessidade de investimento em energias renováveis e ação concertada em matéria de segurança energética e solidariedade.



Regiões ultraperiféricas

Álvaro Amaro nomeado relator da Nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas

Álvaro Amaro foi [nomeado](#) pelo Parlamento Europeu responsável pelo relatório sobre a Nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia. O eurodeputado social-democrata referiu estar "muito satisfeito de me ter sido incumbida tal responsabilidade, concretizando, mais uma vez, o compromisso que assumimos para com as regiões autónomas portuguesas, que também são ultraperiféricas e que têm constrangimentos acrescidos, mas que também têm inúmeras potencialidades, às quais a Europa não pode ficar indiferente. Será um trabalho muito importante e em estreita articulação com os governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira."

Álvaro Amaro assume agora a responsabilidade de desenhar e negociar a posição do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão Europeia, publicada em maio, "*Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE*". "O objetivo é que se alcance um documento orientador das instâncias europeias e dos decisores políticos para os próximos anos, capaz de influenciar o próximo quadro financeiro, mas que também avance com medidas concretas, que corrija as falhas já identificadas nesta comunicação, que retome justas reivindicações da ultraperiferia, que a Comissão Europeia ignorou, e que seja capaz de igualmente proteger as Regiões Ultraperiféricas (RUP) face a outras políticas que se começam a desenhar na UE, no estrito cumprimento do artigo 349º do Tratado", avança o eurodeputado.

Auxílios estatais: Comissão autoriza o regime francês de apoio à produção de rum tradicional nos departamentos e regiões ultramarinas

A Comissão Europeia autorizou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime francês de apoio à produção de rum tradicional nas Regiões Ultraperiféricas francesas da Guadalupe, Martinica, Guiana e Reunião. O regime substituiu um regime existente de apoio à produção de rum nestas regiões, que foi aprovado pela Comissão em setembro de 2014 ([SA.38641](#)) e subsequentemente alterado em novembro de 2020 ([SA.59020](#)). No âmbito do regime aprovado, o auxílio assumirá a forma de uma redução da taxa do imposto especial de consumo sobre os rums tradicionais produzidos, a fim de compensar os custos de funcionamento adicionais incorridos pelos produtores destas quatro regiões ultraperiféricas.

O orçamento anual estimado para a medida é de um máximo de 150 milhões de euros. O regime será aplicável até 31 de dezembro de 2027. A Comissão avaliou o regime ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular as [Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional](#). A Comissão concluiu que o regime é necessário e adequado para manter a produção local de rum que é essencial para a economia destas Regiões Ultraperiféricas e contribui assim para o desenvolvimento regional. Além disso, a Comissão considerou que o regime é proporcional, uma vez que o montante da ajuda é limitado ao mínimo necessário para compensar os custos adicionais incorridos pelos produtores, e que não terá quaisquer efeitos negativos involuntários sobre a concorrência e o comércio na UE. Mais informações estarão disponíveis no [website](#) da Direção-Geral da Concorrência da Comissão no [Registo](#) de Auxílios Estatais sob o número SA.63903, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Saúde

Proteger a saúde mental no espaço de trabalho digital

Os eurodeputados [exigem](#) medidas preventivas contra a tecnocentricidade e o excesso de ligação, para resolver problemas de saúde mental e aumentar os benefícios de trabalhar a partir de casa. Numa resolução aprovada com 501 votos a favor, 47 contra e 85 abstenções, o Parlamento reconhece os benefícios de trabalhar a partir de casa, como uma maior flexibilidade e autonomia, mas adverte para os riscos significativos para a saúde decorrentes do excesso de ligação, um esbatimento das linhas entre o trabalho e a vida privada, e uma maior intensidade de trabalho ou "tecnostress" - o stress ligado à utilização da tecnologia relacionada com o trabalho.

Os eurodeputados alertam para os riscos para a saúde mental dos trabalhadores e para as ameaças ao direito à privacidade colocadas pelo controlo e vigilância tecnológica através de software e ferramentas de IA, monitorização remota em tempo real do progresso e do desempenho e controlo do tempo. Também apontam para outros fatores que causam stress adicional, incluindo insegurança financeira, medo de desemprego, acesso limitado aos cuidados de saúde, isolamento, bem como alterações no horário de trabalho e organização inadequada do trabalho devido à pandemia COVID-19 e subsequente crise económica.

Além disso, salientam o impacto que a passagem ao teletrabalho pode ter na saúde mental das pessoas em risco de exclusão digital. Dizem que a fratura digital na UE precisa de ser abordada para garantir que todos os trabalhadores tenham um nível suficiente de competências digitais.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Comissão Europeia propõe a primeira parcela de mil milhões de euros da nova assistência macrofinanceira à Ucrânia

A Comissão Europeia [propõe](#) uma nova operação de assistência macrofinanceira (AMF) à Ucrânia no valor de mil milhões de EUR como primeira parte do pacote extraordinário de AMF, no montante máximo de 9 mil milhões de EUR, anunciado na comunicação da Comissão de 18 de maio de 2022 e aprovado pelo Conselho Europeu de 23 e 24 de junho de 2022.

A proposta apresentada faz parte do esforço extraordinário da UE, juntamente com a comunidade internacional, no sentido de ajudar a Ucrânia a dar resposta às suas necessidades financeiras imediatas na sequência da agressão não provocada e injustificada por parte da Rússia. Complementará o apoio já prestado pela UE, incluindo um empréstimo de assistência macrofinanceira de emergência no montante de 1,2 mil milhões de EUR pago no primeiro semestre do ano. No seu conjunto, as duas vertentes do programa elevarão o apoio total da AMF à Ucrânia desde o início da guerra a 2,2 mil milhões de EUR e poderão atingir 10 mil milhões de EUR quando o pacote completo de AMF extraordinário à Ucrânia estiver operacional.

Nos termos da proposta, os fundos de AMF serão disponibilizados à Ucrânia sob a forma de empréstimos a longo prazo em condições favoráveis. A assistência apoiará a estabilidade macroeconómica e a resiliência global da Ucrânia no contexto da agressão militar pela Rússia e dos desafios económicos daí decorrentes. O orçamento da UE cobrirá os custos dos juros deste empréstimo, o que constitui mais um gesto de solidariedade. Tal como para todos os anteriores empréstimos de AMF, a Comissão irá contrair empréstimos nos mercados internacionais de capitais e transferir as receitas nas mesmas condições para a Ucrânia. Este empréstimo à Ucrânia será apoiado em 70 % do valor por montantes reservados do orçamento da UE.

Conversações comerciais UE-Índia: baseiem-nas em valores, diz Parlamento

O reinício das conversações comerciais e de investimento entre a UE e a Índia é bem-vindo, mas as normas da UE precisam de ser protegidas no acordo final, diz o Parlamento. A [resolução](#), aprovada na terça-feira por 482 votos a favor, com 107 votos contra e 40 abstenções, estabelece o que o Parlamento espera das conversações comerciais UE-Índia, relançadas a 17 de junho. O Parlamento afirma que se congratula com o reinício das conversações sobre um acordo comercial, um acordo autónomo de proteção dos investimentos e um acordo sobre indicações geográficas.

Embora exista "um potencial inexplorado de cooperação económica mais forte, profunda e mutuamente benéfica" entre a UE e o seu parceiro estratégico, isto só deverá acontecer enquanto os valores e normas europeias, incluindo o Estado de direito, a democracia, bem como os direitos humanos, das mulheres e do trabalho, forem respeitados. Um futuro acordo comercial deveria também estar em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia "Do Prado ao Prato" e o Acordo de Paris, insistem os eurodeputados.

O Parlamento espera soluções rápidas para problemas de acesso ao mercado há muito existentes para empresas da UE em vários setores, tais como automóveis, peças para automóveis, agricultura, produtos farmacêuticos. Encorajam a Índia a eliminar as barreiras técnicas existentes, incluindo vários requisitos de certificação para dispositivos médicos, brinquedos, bebidas, alimentos e aço. A Índia deve proibir políticas discriminatórias de "compra nacional" que desencorajem as importações.

Comissão Europeia e ONU debatem aprofundamento da cooperação em encontro em Nova Iorque

Nos dias 7 e 8 de julho, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, juntamente com nove membros do Colégio, [participaram](#) num encontro de trabalho com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e outros altos funcionários das Nações Unidas, em Nova Iorque. Esta reunião inédita levou a parceria UE-ONU mais longe face aos atuais desafios internacionais.

A Comissão e a ONU debateram os grandes desafios à ordem multilateral e os domínios de ação prioritários no atual contexto internacional, nomeadamente a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Debateram a forma como a parceria UE-ONU pode contribuir decisivamente para solucionar problemas prioritários como a segurança alimentar, a ação climática e a proteção da biodiversidade, a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a cooperação na área digital.

Coletivamente, a UE e os seus Estados-Membros são o principal contribuinte financeiro para o sistema das Nações Unidas, representando quase um quarto do orçamento regular da organização. A ideia de um encontro UE-ONU foi mencionada pela primeira vez na [comunicação conjunta de 2021 relativa ao «reforço da contribuição da UE para um multilateralismo assente em regras»](#).

Apoio da UE à Missão da União Africana na Somália: Conselho aprova novo apoio ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

Na sequência da adoção pelo Conselho, em abril de 2021, de uma medida de assistência sob a forma de um programa geral de apoio à União Africana para 2022-2024 ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), o Comité Político e de Segurança [aprovou](#) um apoio adicional à componente militar da Missão da União Africana na Somália/Missão de Transição da União Africana na Somália (AMISOM/ATMIS).

Em 2022, a UE acrescentará 120 milhões de euros aos recursos já mobilizados para a AMISOM/ATMIS em 2021. O apoio acordado contribuirá sobretudo para os subsídios das tropas atribuídos aos soldados africanos destacados, a fim de permitir que a missão desempenhe eficazmente o seu mandato. O anterior apoio ao abrigo do MEAP, num montante de 65 milhões de euros para o período compreendido entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2021, foi acordado em julho de 2021.

Somália: UE envia Ponte Aérea Humanitária para entregar ajuda para salvar vidas

Devido à rápida deterioração da situação de segurança na Somália, a UE está a [lançar](#) uma Ponte Aérea Humanitária, para entregar fornecimentos de emergência a zonas de difícil acesso que já não são acessíveis por estrada. Esta será uma operação logística de grande envergadura, com uma estimativa de 50 a 70 voos necessários.

O primeiro voo, transportando 6,5 toneladas de nutrição terapêutica e material médico para o parceiro humanitário da UE, a Ação Contra a Fome, partiu para o distrito de Elbarde, no sudoeste da Somália, a 6 de julho de 2022. Espera-se que entre 6-11 de julho de 2022, mais voos cheguem às regiões de Baidoa, Luuq e Wajid, com fornecimentos para os parceiros humanitários.

A Comissão Europeia e Marrocos lançam uma parceria renovada sobre migração e luta contra as redes de tráfico de seres humanos

No âmbito do diálogo político regular entre o Reino de Marrocos e a UE, a Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Ylva Johansson, e o Ministro do Interior espanhol, Fernando Grande-Marlaska, reuniram-se em Rabat com o Ministro do Interior marroquino, Abdelouafi Laftit, para discutir os contornos de uma parceria renovada sobre migração e luta contra as redes de tráfico de seres humanos.

A [nova parceria operacional](#) a estabelecer entre a Comissão Europeia e Marrocos na luta contra o tráfico de seres humanos, poderá abranger, nomeadamente, o apoio à gestão das fronteiras, o reforço da cooperação policial, incluindo investigações conjuntas, a sensibilização para os perigos da migração irregular, bem como o reforço da cooperação com as agências da União Europeia responsáveis pelos assuntos internos.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Serviços Digitais: regras de referência adotadas para um ambiente em linha mais seguro e aberto

O novo manual digital da UE estabelece normas sem precedentes sobre a responsabilização das empresas em linha, dentro de um mercado digital aberto e competitivo. O Parlamento Europeu [confirmou](#), em reunião plenária, a nova Lei dos Serviços Digitais (DSA) e a Lei dos Mercados Digitais (DMA), na sequência de um acordo interinstitucional alcançado entre o Parlamento e o Conselho (a 23 de abril e 24 de março, respetivamente). Os dois projetos legislativos visam abordar os efeitos sociais e económicos da indústria tecnológica, estabelecendo normas claras para o seu funcionamento e prestação de serviços na UE, em conformidade com os direitos e valores fundamentais da UE.

A Lei dos Serviços Digitais (DSA) estabelece obrigações claras para os fornecedores de serviços digitais, tais como meios de comunicação social ou mercados, para combater a difusão de conteúdos ilegais, desinformação em linha e outros riscos sociais. Estes requisitos são proporcionais à dimensão e aos riscos que as plataformas representam para a sociedade.

A Lei dos Mercados Digitais (DMA) estabelece, por outro lado, obrigações para as grandes plataformas em linha que atuam como "guardiãs" (plataformas cuja posição dominante em linha as torna difíceis de evitar para os consumidores) no mercado digital para assegurar um ambiente empresarial mais justo e mais serviços para os consumidores.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!